



**Processo nº** 11621.720172/2013-35  
**Recurso** Voluntário  
**Acórdão nº** **3302-012.816 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 24 de outubro de 2022  
**Recorrente** CASA DO FAZENDEIRO MATERIAIS CONSTRUÇÃO LTDA - EPP  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Exercício: 2013

DISPENSA DA ENTREGA DA DACON, HIPÓTESES DA IN RFB 1.305/2012. INOCORRÊNCIA.

O contribuinte somente é dispensado da entrega da Declaração das Contribuições Sociais - DACON, se enquadrado em uma das situações descritas na IN RFB 1.305/2012, tal como a opção pelo lucro presumido, ou expressa inatividade da empresa. No caso, houve demonstração probatória de que havia atividade pela pessoa jurídica, bem como não era de sua opção o lucro presumido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Larissa Nunes Girard – Presidente em exercício

(documento assinado digitalmente)

Mariel Orsi Gameiro - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Larissa Nunes Girard (Presidente em exercício), Denise Madalena Green, José Renato Pereira de Deus, Carlos Delson Santiago (suplente convocado), Fabio Martins de Oliveira, Walker Araújo, Marcos Roberto da Silva (suplente convocado) e Mariel Orsi Gameiro. Ausente o Conselheiro Gilson Macedo Rosenburg Filho, substituído pela Conselheira Larissa Nunes Girard.

## **Relatório**

Por bem descrever os fatos, adoto o relatório proferido no acórdão de primeira instância supramencionado:

Contra o Sujeito Passivo supra discriminado foram lavradas Notificações de Lançamento para cobrança de multa por atraso na entrega dos Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais (DACONs), relativos aos meses de janeiro a maio de 2013, fls. 62, 65, 68, 71, 74.

Inconformado com as Exigências apresentou o Contribuinte Impugnação, fl. 3, requerendo o cancelamento dos débitos fiscais, alegando em síntese que estaria desobrigada da apresentação dos DACONS a partir de 1º/01/2013, invocando o art. 1º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.305, de 26/12/2012.

A 3<sup>a</sup> Turma da DRJ/FOR, em 22 de julho de 2016, decidiu pela improcedência da impugnação, mantendo-se o crédito, nos termos da seguinte ementa:

**ASSUNTO: OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

Ano-calendário: 2013

**MULTA. DEMONSTRATIVO DACON.**

Cabível a aplicação da multa por atraso na entrega dos Demonstrativos de Apuração de Contribuições Sociais (DACONs), com referência ao ano-calendário de 2013, quando se constata que realmente o Contribuinte não se acha em nenhuma situação legal que o dispense da apresentação desses Demonstrativos.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

A recorrente apresentou, tempestivamente, recurso voluntário, afirmando que ambas as hipóteses, seja pela opção do Lucro Presumido, ou ainda da inatividade da empresa, militam a seu favor, não havendo que se falar em imposição da multa.

É o relatório, em síntese.

## **Voto**

Conselheira Mariel Orsi Gameiro, Relatora.

A controvérsia reside nas condições estabelecidas pela IN RFB 1.305/2012, que estabelece quais as situações que o contribuinte está dispensado da apresentação da obrigação acessória relativa às contribuições, DACON, tendo em vista tratar-se o presente processo da multa pela não apresentação ou atraso.

Afirma o contribuinte que em ambas hipóteses mencionadas – enquadradas respectivamente nos artigos 1º e 3º da supramencionada norma, seja pela opção do Lucro Presumido ou inatividade da empresa, faz jus à dispensa de apresentação da DACON.

Passo contrário, a decisão de primeira instância embasa sua negativa à impugnação nas declarações do imposto de renda, que demonstram ter havido, no período fiscalizado (janeiro a maio de 2013) atividades, que comprovam não só a não opção pelo lucro presumido, como também a realização de pagamentos com retenção na fonte, relativas às informações extraídas dos sistemas da Receita Federal.

Pois bem, entendo que a decisão proferida pela DRJ bem caminhou, especialmente ao demonstrar, comprovadamente, a ocorrência dos fatores acima mencionados que conduzem ao não enquadramento em nenhuma das hipóteses previstas no normativo que

autoriza a dispensa da entrega das Declarações das Contribuições Sociais – DACON, devidamente imposta a multa ao contribuinte.

## Declarações IRPJ:

## Relação de Declarações

CNPJ BÁSICO: 04.574.754  
Nome Empresarial: CASA DO FAZENDERO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

## Declaracões Ativas

Exercício	AC	Data de Entrega	Hora de Entrega	Forma de Tributação	CNPJ	NB	Situação da Malha	Situação Especial	Tipo de Decaração	Período Inicial	Período Final
2018	2015	11/02/2016	12:07:24	INATIVAS	04.574.754/0001-06	2460006	LIBERADA,BATCH	NORMAL	ORIGINAL	01/01/2015	31/12/2015
2015	2014	20/05/2015	20:40:12	INATIVAS	04.574.754/0001-06	2537344	LIBERADA,BATCH	NORMAL	ORIGINAL	01/01/2014	31/12/2014
2014	2013	31/03/2014	17:50:09	INATIVAS	04.574.754/0001-06	3000000	LIBERADA,BATCH	NORMAL	ORIGINAL	01/01/2013	31/12/2013

### Parametros Efectuados 1/3:

Parámetros Estadísticos 2/3

Persönliches Einführungskap. 3/3

[Consulta DIRF](#)

**Información adicional**

Este apartado te permite añadir más información sobre la actividad. Puedes adjuntar imágenes, documentos, enlaces y descripciones.

**Adjuntar imágenes:** (Máximo 5 imágenes)

**Adjuntar documentos:** (Máximo 5 documentos)

**Adjuntar enlaces:** (Máximo 5 enlaces)

**Descripción:** (Máximo 5000 caracteres)

**Detalles de la actividad:**

Detalles	Valor
Título	Actividad de formación
Fecha	2023-10-15
Lugar	Sala de reuniones
Organizadora	Equipo de RRHH
Asistentes	10 personas
Estado	En curso

Nesses termos, voto por negar provimento ao Recurso Voluntário, mantendo-se a autuação pela imposição da multa pela não entrega ou atraso na entrega da DACON.

(documento assinado digitalmente)

Mariel Orsi Gameiro

Fl. 4 do Acórdão n.º 3302-012.816 - 3<sup>a</sup> Sejul/3<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
Processo nº 11621.720172/2013-35